

Sarney repete críticas que Planalto tenta amenizar

Carlos Eduardo



Amaral: Sarney disse que as suas declarações foram mal interpretadas

O porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, afirmou ontem que o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), telefonou ao presidente Fernando Henrique para dizer que foi mal interpretado nos comentários que fez sobre a situação econômica do País.

Amaral disse que o presidente aceitou as ponderações do senador. Segundo o porta-voz, Fernando Henrique acha possível ter havido confusão na imprensa.

Sarney, entretanto, ao sair para o almoço, no Senado, reafirmou as críticas que fizera na véspera às altas taxas de juros. Ele disse que sua representatividade frente ao PMDB, partido aliado de Fernando Henrique, não vai impedi-lo de discordar da política econômica do governo.

“Nosso apoio não importa em deixar de apontar soluções e de sugerir alguma colaboração”, destacou Sarney, acrescentando que “o patamar astronômico” dos juros não combina com o discurso do presidente, de retomada do crescimento econômico.

Recessão — “Essa é uma posição que pode desembocar, rapidamente, em uma grave recessão no País”, afirmou. Sarney disse, também, que não compete ao Congres-

so e sim ao Poder Executivo, “responsável pela condução da política econômica”, colocar as taxas de juros em nível do mercado.

Segundo ele, mesmo no governo há restrições às taxas cobradas pelos bancos: “O próprio presidente Fernando Henrique tem se manifestado a esse respeito. Por isso, acredito que o governo deve pensar na diminuição dos juros”.

O presidente do Senado entende que há “uma quase unanimidade” no País, contrária à adoção das atuais taxas de juros.

Ele ressaltou, porém, que a situação não justifica o apoio ao projeto de lei complementar que está prestes a ser votado na Câmara, que limita a taxa de juros em 12% ao ano.

“Colocar tabelamento na Constituição é de certo modo ineficaz e até mesmo ridículo”, reagiu. “É preciso ter em conta que o dinheiro é um dos mecanismos mais sensíveis da economia e está sujeito às leis de mercado”.

O presidente do Senado não concorda com a intenção dos líderes de prorrogar a votação da LDO até 3 de julho e, com isto, votar a emenda das telecomunicações ainda no primeiro semestre.